



Órgão Oficial Eletrônico - 2766
Campo Mourão - Terça-feira - 22/03/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2022 – PUBLICADA EM 04/03/2022
PROTOCOLO Nº 11/2022 – FECAM

PARTES: Fundação de Esportes de Campo Mourão e Federação de Atletismo do Paraná.
VALOR TOTAL: R\$ 8.155,00 (oito mil e cento e cinquenta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 31/12/2022.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 850.18.002.2108.3339039996000000000.00001 e 850.18.002.2108.3339039120000000000.00001.
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022.
FORO: COMARCA DE CAMPO MOURÃO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2022 – PUBLICADA EM 04/03/2022
PROTOCOLO Nº 8/2022 – FECAM

PARTES: Fundação de Esportes de Campo Mourão e I. Silva Equipamentos para Escritório - EPP.
VALOR TOTAL: R\$ 14.841,00 (quatorze mil e oitocentos e quarenta e um reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 31/12/2022.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 845.18.001.2107.3449052350000000000.00077 e 824.18.001.2107.3339030170000000000.00001.
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022.
FORO: COMARCA DE CAMPO MOURÃO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2022 – PUBLICADA EM 04/03/2022
PROTOCOLO Nº 7/2022 – FECAM

PARTES: Fundação de Esportes de Campo Mourão e Pedreira Itaipu Indústria e Comércio de Britas e Asfalto LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 18/03/2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 825.18.001.2107.3339030240000000000.00077.
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022.
FORO: COMARCA DE CAMPO MOURÃO.

Atos da Administração Indireta:

PREVISCAM

**ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DE
ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DA PREVISCAM**

Ata da 182ª Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal da Previscam, realizada aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (20/01/2022), às oito horas e trinta minutos (08h30min.) na sala de reuniões da Previscam, sito à Av. Irmãos Pereira, 995, com a presença dos conselheiros que assinaram a lista de presença anexa, justificaram a ausência: Lourdes Gadotti de Campo e Maristela Jacinta Sartori. Às oito horas e quarenta e cinco minutos, confirmado o quórum regimental para os dois Conselhos, a presidente do Conselho de Administração, Ângela Cristina Ferreira, representante do Sindiscam, deu início a reunião com a apresentação da pauta, que foi aprovada: **1)** Apresentação do Balancete de outubro, novembro e dezembro/2021; **2)** Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Previscam 2022; **3)** Informes; **4)** Tema Livre. Silvane Bottega, Superintendente, passou para a leitura do Plano de Ação da Previscam 2022, explicando cada item do plano de ação, item um foi aprovado e referente aos itens dois e três informou que a Certificação inicial é de nível I e que de 24 (vinte e



Órgão Oficial Eletrônico - 2766

Campo Mourão - Terça-feira - 22/03/2022

quatro) ações 17 (dezessete) tem de ser definidas e cumpridas, que a partir de abril de 2022 a certificação profissional exigida, não será mais o CPA 10, que é responsabilidade da Previscam custear a capacitação para certificação dos conselheiros, mas sugere que os conselheiros se preparem para a prova também através dos cursos online, gratuitos, citando como referência os sites da ABIPEM e APPREV, no plano de ação foi proposto para 2022 a certificação de 1/3 dos conselheiros. Angela Cristina Ferreira, Presidente do Conselho de Administração, representante do Sindiscam, diz que pode ser difícil todos os conselheiros possuírem a certificação, devido à complexidade dos temas. Silvane diz que acredita que serão certificações e provas mais acessíveis, diversos conteúdos e não com ênfase somente a parte financeira e de investimentos, que é importante a capacitação de todos os membros do conselho, teremos um prazo para a capacitação de todos e para comprovar a certificação de todos. Continuando a leitura do Plano de Ação, aprovados sem nenhuma ressalva os itens quatro e cinco, no item seis foi decidido a contratação de uma empresa especializada para realizar a Digitalização dos processos de aposentadoria e pensão. Os itens sete a dez foram aprovados sem alterações, já no Item onze (Efetivação de Perícia Médica Previdenciária), Silvane fez uma ressalva que faltou homologação do processo de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho e a alteração para quadrimestre e não trimestre nesse item, e quanto a emissão de parecer Médico Pericial para conversão de tempo especial em comum, explicou que em 1998, o servidor público, perdeu o direito de conversão de tempo especial (atividade insalubre) em tempo comum para se aposentar, em 2014 com a edição da Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal - STF, foi possível servidor público comprovado atividade insalubre dentro dos critérios exigidos, se aposentar nas mesmas regras do INSS para aposentadoria especial. Após a Emenda Constitucional 103, o STF admitiu a conversão de tempo especial em comum para o servidor público - Tema n.º 942 da Repercussão Geral. Prosseguindo, no item doze Silvane falou sobre a possível necessidade de rever o plano de investimento em função de nova portaria editada pela SPREV. Angela pediu a participação de todos os membros do conselho, para defesa dos direitos de todos, "é necessária a participação para o entendimento e discussão coerente, pois a segregação de massas não veio resolver o problema do servidor, mas sim da administração". Silvane continuou com a leitura e explicação do plano de ação, o item treze foi aprovado sem alteração e quatorze (Relatório de Governança Corporativa) Foi comentado sobre dar publicidade a tais relatórios, e assim findou-se a leitura e análise do Plano, sendo assim a Presidente coloca o plano em votação, sendo o mesmo aprovado de forma unânime e seguirá para publicação no diário oficial do município. Na sequência Angela solicitou a aprovação do conselho para protocolar um documento do Sindiscam solicitando alteração em lei dos artigos que tratam nas regras de transição para aposentadoria, mudando a exigência de no mínimo 20 (vinte) anos de serviço público para 10 (dez) anos. A presidente então faz a leitura de tal documento, que é aprovado pelo Conselho e deliberado para a Previscam encaminhar projeto de lei para a Administração Municipal. Silvane fala sobre a necessidade da Administração Municipal providenciar alteração da lei no tocante aos 60 (sessenta) dias de proventos pagos pela administração aos aposentados imediatamente após aposentadoria, pois com a implantação do e-social, essa situação está causando erros no sistema e pode ter consequências de multa para a Administração. Conselheiros analisam que não há prejuízo para a Previscam que os aposentados entrem direto na folha de pagamento da Previscam, uma vez que a Prefeitura faz os aportes ao Fundo Financeiro e estão de acordo com a alteração. Dando continuidade, o Sr. Floriano Czachorowski Júnior, contador da Previscam, apresentou o Balancete de **Outubro/2021 - Total Geral em Caixa R\$179.822.567,78**, sendo: Receita Geral R\$5.324.827,87 e Despesa Geral R\$3.654.778,44; **Total Fundo Financeiro em Caixa R\$6.080.581,17**, sendo: Receita R\$770.961,66, Interferência Financeira R\$2.750.000,00 e Despesa R\$3.230.894,20; **Total Fundo Previdenciário em Caixa R\$172.295.506,63**, sendo: Receita R\$4.427.332,16 e Despesa R\$303.745,45; **Total Taxa Administrativa em Caixa R\$1.446.479,98**, sendo: Receita de R\$126.534,05 e Despesa R\$120.138,79. **Novembro/2021 - Total Geral em Caixa R\$180.934.914,66**, sendo: Receita Geral R\$4.450.037,04 e Despesa Geral R\$3.770.172,86; **Total Fundo Financeiro em Caixa R\$6.465.400,20**, sendo: Receita R\$838.632,47, Interferência Financeira R\$2.750.000,00 e Despesa R\$3.458.074,27; **Total Fundo Previdenciário em Caixa R\$173.031.432,04**, sendo: Receita R\$3.467.753,19 e Despesa R\$154.166,33; **Total Taxa Administrativa em Caixa R\$1.438.082,42**, sendo: Receita de R\$143.651,38 e Despesa R\$157.932,26. **Dezembro/2021 - Total Geral em Caixa R\$186.238.737,18**, sendo: Receita Geral R\$7.876.017,33 e Despesa Geral R\$5.290.816,00; **Total Fundo Financeiro em Caixa R\$5.832.045,75**, sendo: Receita R\$1.596.873,13, Interferência Financeira R\$2.750.000,00 e Despesa R\$4.914.186,85; **Total Fundo Previdenciário em Caixa R\$178.827.041,90**, sendo: Receita R\$6.016.625,57 e Despesa R\$239.008,00; **Total Taxa Administrativa em Caixa R\$1.579.649,53**, sendo: Receita de R\$262.518,63 e Despesa R\$137.621,15. Em destaque: Houve pagamento das multas referente ao Pasesp em outubro/2021 e em novembro/2021 pagamento das requisições de pequeno valor - RPV's, de sentença judicial devida pela Previscam aos aposentados. **Os conselheiros deliberaram pela aprovação do Balancete de outubro, novembro e dezembro de 2021.** Em continuidade Silvane falou sobre o Projeto de Lei de abertura de crédito adicional suplementar, em atendimento a Nota Técnica do TCE que fez a padronização das fontes de recursos com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, ocorrendo diversas mudanças de número e nome das contas e inclusão de novas. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho de Administração, declarou encerrada a reunião às dez horas e quarenta minutos e, eu, Josiane Flores Munis da Silva, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais conselheiros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LOURDES GADOTTI DE CAMPOS _____

HELENI DOS SANTOS FERREIRA _____

JOSMAR DE CAMPOS GONÇALVES _____

ADAIL JOÃO DOS SANTOS _____

ANGELA CRISTINA FERREIRA _____



Órgão Oficial Eletrônico - 2766
Campo Mourão - Terça-feira - 22/03/2022

JOSIANE FLORES MUNIS DA SILVA _____
LUIZ FERNANDO VILA NOVA _____
PEDRO ROGÉRIO VICTOR _____
ADRIANA BORGES DE ARAUJO SMAHA _____
MARIA JOSÉ PEREIRA DA SILVA _____
SILVANE BOTTEGA _____
FLORIANO CZACHOROWSKI JUNIOR _____
CONSELHO FISCAL:
MARGARÉTE ALVES GIRALDI _____
SOLANGE PANATO _____
MARISTELA JACINTO SARTORI _____
CLAUDIO TELES LIMA _____
MARIA CLARA BARROSO BUENO _____
ALINE CRISTINA AMBROSIO _____
ELIAS DA SILVA _____
RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA _____
SERGIO LUÍS VIEIRA _____
TIAGO MARTINS DA SILVA _____
SILVANE BOTTEGA _____
FLORIANO CZACHOROWSKI JUNIOR _____

**ATA DA 183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DE
ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DA PREVICAM**

Ata da 183ª Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal da PREVICAM, realizada aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois (24/02/2022), às oito horas e trinta minutos (08h30min.) na sala de reuniões da PREVICAM, sito à Av. Irmãos Pereira, 995, com a presença dos conselheiros que assinaram a lista de presença anexa, justificaram a ausência: Elias da Silva, Margarete Alves Giralddi. Às oito horas e quarenta e três, confirmado o quórum regimental para o Conselho Administrativo, porém sem quórum do Conselho Fiscal, a presidente do Conselho de Administração, Ângela Cristina Ferreira, representante do Sindiscam, deu início a reunião com a apresentação da pauta, que foi aprovada: **1)** Leitura e aprovação da Ata 182ª Reunião Ordinária; **2)** Debate sobre a Reforma da Estrutura Administrativa da Previscam; **3)** Informes; **4)** Tema Livre. Silvane Bottega, Superintendente da Previscam, fala sobre as duas reuniões sobre a Reforma da Estrutura Administrativa da Previscam que foram feitas de forma extraordinária e que uma das inovações que a lei traz é o jeton, que é a verba indenizatória para participação e demais despesas que o conselheiro possa ter, pois o mesmo alcança tanto o conselho fiscal e administrativo, como também o comitê de investimentos, e enquanto os representantes do Sindicato ficam preocupados com relação a lei trazer esse benefício aos conselheiros, quando o conselheiro já participa do conselho sem tal jeton, por outro lado o jeton é comum, pois em muitos lugares já existe há anos, como é o caso de Maringá, que tem desde 2008, e quanto a Previscam, não tem ainda, mas, tendo em vista que o Ministério da Previdência e SPREV começaram a exigir a certificação, responsabilidade civil e penal dos conselheiros, acredita que deve-se ter o jeton, até porquê os conselheiros terão de se preparar para provas fora do horário de trabalho e certificações exigidas. A presidente do conselho de Administração, Angela, diz que irá primar pela regra do sindicato, então irá definir junto à Diretoria do Sindicato o posicionamento quanto a isto, por outro lado vê cada vez mais exigências, da parte do Governo principalmente, para que os conselheiros da Previscam se capacitem, o que não é exigido em outros conselhos, mas neste sim, tem que estudar e ter certificação, não é contra a capacitação, pois é algo que ajuda o conselheiro a situar-se nas discussões, mas ter como exigência tais capacitações podem ser uma forma de afastar o servidor do conselho. Josiane, do conselho de administração, representante do Sindiscam, disse que está estudando os jetons e como são aplicados nas cidades do Paraná, Silvane pergunta se aprovam ou não o jeton, em Resposta Maria Clara, do conselho fiscal, representante do Sindiscam, diz que não é apenas aprovar, mas entender o porquê apenas este conselho exige tal certificação, pois nenhum outro conselho recebe pela participação. Angela fala sobre a participação dos conselheiros, que é baixa, Sergio, do conselho fiscal, representante da Administração, fala sobre a preparação, os estudos que se terão de fazer, as viagens que os conselheiros terão de realizar, além das futuras provas, para certificação. Maria Clara lembra que tais viagens de cursos preparatórios levam no mínimo 03 (três) dias. Lourdes, do conselho da administração, representante dos Aposentados, pergunta sobre o tempo para tal certificação, Silvane explica que tem o CPA10 que para quem o obtiver até março deste ano o governo irá aceitar, mas pra quem for fazer tal certificação posterior ao mês de março haverá mudanças, que nós, enquanto conselheiros, aprovamos para 2022 a certificação de pelo menos 1/3 (um terço) dos conselheiros, que antes tinham cursos livres, online, agora os cursos serão direcionados à institutos, e a Previscam terá de custear a capacitação, citou que a ABIPEM, está pleiteando a aprovação da SPREV para ofertar os cursos para certificação profissional de conselheiros e dirigentes dos RPPS, e que o conselheiro que estiver disposto a fazer tem que estudar e passar na prova para obter a certificação que é um desafio, exigindo dedicação. Lourdes pergunta quanto tempo o conselheiro pode ficar sem tal certificação, em resposta Silvane responde que ainda não tem a lei específica para isto no